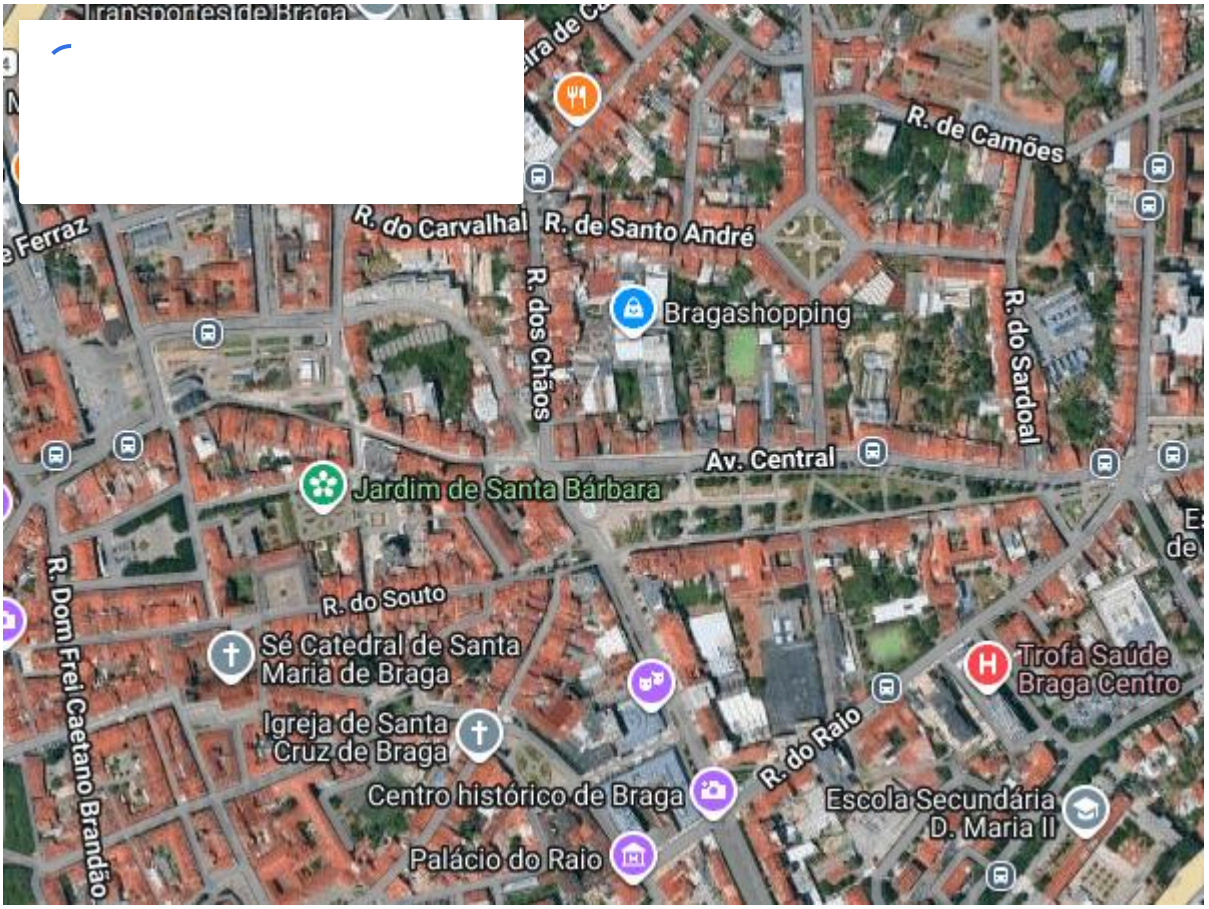
Perguntas a fazer a um advogado penal em Braga na primeira reunião A primeira reunião com um advogado penal é, muitas vezes, um momento de nervosismo. A pessoa chega com a cabeça cheia de preocupações e sai a perceber que se esqueceu de perguntar metade do que queria. Preparar algumas perguntas com antecedência ajuda a aproveitar melhor o tempo e a avaliar se aquele advogado é a escolha certa. Estas são algumas das questões que fazem sentido colocar numa consulta em Braga, seja como arguido, seja como vítima. Comece pelo enquadramento. Pergunte em que fase está o processo, se já existe, e o que pode acontecer a seguir. Pergunte que tipo de crime está em causa e o que isso implica: se é público, semipúblico ou particular, se há prazo de queixa a respeitar, se é possível desistir. Pergunte que direitos tem na sua posição concreta e se há alguma coisa que deva fazer, ou evitar fazer, nos próximos dias, como prestar declarações, contactar a outra parte ou publicar algo nas redes sociais.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Depois, passe à estratégia. https://www.hometalk.com/member/262627690/owen1922999 Quais são as opções disponíveis e que riscos tem cada uma? Faz sentido requerer a abertura de instrução, propor uma suspensão provisória do processo, constituir-se assistente ou deduzir um pedido de indemnização civil? Que prova existe e que prova falta? Um advogado sério responde com franqueza, mesmo quando a resposta não é animadora, e explica porque é que não pode prometer um resultado concreto. Não tenha receio de perguntar sobre custos. Quanto vai custar cada fase? O que está incluído no orçamento e o que fica de fora? Há custas judiciais a pagar? Existe possibilidade de apoio judiciário? Pergunte também quem vai acompanhar o processo, se será sempre o mesmo advogado, com que frequência receberá notícias e qual o prazo habitual de resposta a um email ou telefonema. Estas respostas dizem muito sobre a relação que vai ter com o advogado penal durante meses, ou anos. Por fim, pergunte sobre a experiência do advogado com casos semelhantes e com o tribunal onde o processo corre. Em Braga, conhecer o funcionamento do Tribunal Judicial da Comarca de Braga e do juízo de instrução criminal é uma vantagem prática. Na QUOR Advogados, estas perguntas têm respostas claras: orçamento antes de avançar, resposta em 24 horas úteis, acompanhamento pelo mesmo advogado e advogados inscritos na Ordem dos Advogados, como a Dra. Paula Pratinha e o Dr. David Silva. Leve as suas perguntas para uma consulta inicial de 70€, com análise do caso, diagnóstico jurídico e advogado penal plano de ação, presencial no centro de Braga ou online por videochamada. Marcações pelo +351 939 709 888.



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.